



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

PROJ COSINF 006-2026
Capota Marítima – Mitsubishi TRITON HPE-S 2.4D 4X4 AT
SEI: 0000428-30.2026

TERMO DE REFERÊNCIA

Vitória/ES

2026

1. OBJETO

- 1.1. Aquisição e instalação de 1 (uma) **Capota Marítima** para carroceria do veículo Mitsubishi *Mitsubishi TRITON HPE-S2.4D4X4AT, ano de fabricação 2025, ano modelo 2026 (nova geração)*.

2. OBJETIVOS

- 2.1. A presente aquisição tem como objetivo garantir a proteção das cargas que serão transportadas por este veículo, contra chuva, poeira e exposição nas vias.

3. NATUREZA, TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 3.1. **DA NATUREZA DA AQUISIÇÃO:** O bem a ser adquirido e instalado possui natureza comum, pois é aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Pelo fato de sua escolha poder ser feita tão somente com base nos preços ofertados face as especificações usuais, eles não necessitam de avaliação minuciosa, pois são encontrados facilmente no mercado.
- 3.2. **CONTRATAÇÃO:** A contratação do objeto ocorrerá mediante dispensa de licitação, nos do inciso II, do art. 75, Lei 14.133/2021, em razão do valor total da contratação estar estimada abaixo da prevista no referido inciso e suas alterações. Por se tratar de dispensa fundada no inciso II do art. 75 da Lei 14133/21, será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido, com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas de eventuais interessados e com seleção da proposta mais vantajosa.
- 3.3. **REGIME DE EXECUÇÃO:** A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

- 3.4. SUBCONTRATAÇÃO:** Não será permitida a subcontratação, até pela natureza do objeto, que não demanda qualquer serviço acessório ou estranho à empresa do segmento, salvo a instalação do objeto, que deverá ser em estabelecimento no perímetro da Grande Vitória, para facilitar o deslocamento do veículo para a instalação.

4. ESCOPO

- 4.1.** A Contratada deverá fornecer e instalar 01 (uma) Capota Marítima, com especificações correspondentes ou superiores aos seguintes requisitos mínimos:
- 4.1.1.** Compatibilidade Estrutural: Compatibilidade técnica estrita e dimensional com o veículo Mitsubishi TRITON HPE-S 2.4D 4X4 AT, ano de fabricação 2025, ano modelo 2026. Não serão aceitos acessórios projetados para gerações ou modelos anteriores da picape.
- 4.1.2. Material da Lona:** Confeccionada em lona marítima de alta resistência, com proteção contra sol, água e poeira, na cor preta.
- 4.1.3. Estrutura e Sustentação:** Estrutura de suporte (perfis laterais) confeccionada em alumínio de alta resistência mecânica e antiferrugem, acompanhada obrigatoriamente de varões de sustentação transversais em alumínio, destinados a evitar o acúmulo de água sobre a lona.
- 4.1.4. Sistema de Fixação:** Fixação na caçamba por meio de sargentos (morsas de fixação) confeccionados em material que não enferruge, garantindo a estabilidade do conjunto sem necessidade de furações adicionais no veículo.
- 4.1.5. Mecanismo de Travamento:** Sistema de fechamento traseiro padrão modelo de trava – trek, injetado em alumínio ou polímero de engenharia de alta densidade, com acionamento prático e integrado para liberação da lona.
- 4.1.6. Vedação:** Sistema de vedação perimetral completo (frontal, lateral e traseiro), garantindo a máxima retenção e estanqueidade contra água pluvial e poeira.
- 4.1.7. Manutenção Facilitada e Intercambiabilidade:** O projeto do acessório deve possuir total modularidade, permitindo a substituição individualizada de seus componentes (peças de reposição e reparo) junto ao mercado nacional, sem a necessidade de descarte ou troca integral da capota em caso de avaria pontual.

4.2. Do Local e das Condições de Instalação:

- 4.2.1.** O serviço de instalação do acessório deverá ser executado integralmente por conta da Contratada, englobando toda a mão de obra especializada, ferramental e insumos necessários, sem qualquer ônus financeiro adicional para o Tribunal.
- 4.2.2.** A instalação dar-se-á em estabelecimento técnico (oficina ou loja de acessórios) indicado pela Contratada adjudicatária, o qual deverá estar localizado obrigatoriamente na Região Metropolitana da Grande Vitória/ES (compreendendo os municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica ou Viana).
- 4.2.3.** O TRT-17, por intermédio da unidade competente, providenciará a condução do veículo oficial até o local indicado pela Contratada, mediante agendamento prévio formalizado com antecedência **mínima de 5 dias úteis**.
- 4.2.4.** O estabelecimento indicado para a instalação deverá dispor de área coberta e segura para a guarda provisória do veículo enquanto durar a execução do serviço.

4.3. Fotos do veículo:





5. VALORES DE REFERÊNCIA

- 5.1. O valor de referência para a presente contratação é de **R\$ 1.477,43 (um mil quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e três centavos)**, conforme item 7 do ETP.

6. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A vigência da contratação deverá ser de **120 (cento e vinte) dias**, contados do recebimento da nota de empenho.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO 7.1 Condições de Entrega

7.1. Condições de Entrega:

- 7.1.1. O prazo de entrega e instalação do bem é de **até 30 (trinta) dias úteis**, contados do recebimento da comunicação com a Nota de Empenho.
- 7.1.2. Caso não seja possível a entrega e instalação na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 7.1.3. O bem deverá ser entregue, no Seção de Almoxarifado e Patrimônio, localizada no andar térreo do Edifício Sede do TRT17 (Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, 1245, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-

335), nos horários das 12h às 18h, em dias de expediente normal (segunda a sexta sem feriado), caso seja fornecedor de fora da Grande Vitória, e depois instalado em loja física na região mencionada.

7.1.4. O bem a ser fornecido deverá ser novo, de primeiro uso.

7.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

7.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. PLANO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: A contratação será efetivada por meio da emissão da Nota de Empenho, da qual a adjudicatária será comunicada por e-mail.

9. HABILITAÇÃO

9.1. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.1.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.1.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.1.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.2. CONSULTA AO CADIN E IMPEDIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 9.2.1.** O licitante, contratado ou adjudicatário, conforme o caso, declarará, juntamente com sua proposta, a inexistência de irregularidades perante o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).
- 9.2.2.** O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT-17) realizará consulta prévia ao CADIN antes da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, nos termos do artigo 6º-A da Lei nº 10.522/2002.
- 9.2.3.** Caso a empresa adjudicatária esteja inscrita no CADIN no momento da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, será aplicada a regra geral de convocação da segunda colocada ou das subsequentes, conforme previsto no instrumento convocatório e na legislação vigente.
- 9.2.4.** O não cumprimento dos requisitos para a assinatura do contrato ou do aditivo ou para emissão do documento congênere no prazo estipulado neste instrumento será interpretado como recusa da empresa em formalizar o ajuste, aplicando-se as seguintes sanções:
- a) Perda do direito à assinatura do contrato ou do termo aditivo ou à emissão do instrumento equivalente;
 - b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos, conforme artigo 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
 - e
 - c) Registro da ocorrência no SICAF.
- 9.2.5.** Antes da aplicação das penalidades, será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do Ato PRESI N.º 49/2024 e da Lei nº 9.784/1999.

10. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

- 10.1.** O julgamento da Proposta de Preço será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

10.2. Os preços são fixos e irrevogáveis durante a vigência da ordem de compra, uma vez que o pagamento é único, após a entrega/instalação e aceite dos equipamentos.

10.3. O preço ofertado já leva em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como frete, tributos, transporte, instalação entre outros.

11. VALIDADE DA PROPOSTA

11.1. A proposta ofertada terá validade pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua apresentação.

12. FISCALIZAÇÃO

12.1 A Fiscalização será exercida por servidor (es) designado (s) pelo TRT 17ª Região através da autoridade competente e será responsável, além de acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, competindo-lhe:

12.1.1 Verificar o prazo para a entrega do bem e se todos os dados constantes nesse documento correspondem aos exigidos no termo de referência;

12.1.2 Exigir o cumprimento das obrigações contratadas;

12.1.3 Notificar o contratado sobre irregularidades ou falhas na execução do contrato;

12.1.4 Instruir o processo quando do recebimento do objeto e aplicação de sanções;

12.1.5 Efetuar os esclarecimentos das dúvidas porventura existentes, encaminhando à Administração os casos de descumprimento contratual que impliquem a aplicação de penalidades ou outras providências.

12.1.6 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

13. DA EXTINÇÃO

13.1. São motivos para a extinção contratual os relacionados no artigo 137, incisos I a IX, da Lei 14.133/2021.

13.2. A inexecução total ou parcial enseja a sua extinção, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

13.2.1. Considera-se a inexecução total a não entrega do produto no prazo estipulado.

13.2.2. Considera-se inexecução parcial a entrega no prazo estipulado e a não instalação no prazo.

13.3. A extinção deste contrato atenderá ao disposto no art. 138 da Lei 14.133/2021, podendo acarretar as consequências previstas no artigo 80 da mesma lei.

13.4. Os atrasos no cumprimento dos prazos de execução do serviço ou garantia igual ou superior a 30 (trinta) dias poderá, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, ensejar a extinção contratual.

14 MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica e da emissão dos Recebimentos Provisório e Definitivo, mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.2.1. o prazo de validade;

14.2.2. a data da emissão;

14.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

14.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

14.2.5. o valor a pagar; e

14.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o Fiscal informará a CONTRATADA dentro do prazo para pagamento. Além disso, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

- 14.4.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 14.5.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 14.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante irá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.7.** Persistindo a irregularidade, a contratante irá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 14.8.** Havendo a efetiva execução dos serviços contratados, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 14.9.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 14.10.** Previamente à emissão de nota de empenho, a Administração irá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 14.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 14.12.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

14.13. Os dados para emissão da Nota Fiscal são os seguintes: Razão Social: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17.^a REGIÃO. Endereço: Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 1.245, Enseada do Suá – Vitória – ES – CEP: 29050-335; CNPJ: 02.488.507/0001-61, Telefones: 27-3321-2183 e 3321-2185.

15 RECEBIMENTO

- 15.1.** Preliminarmente, mediante emissão de atestado de regularidade de entrega e instalação do objeto e cumprimento das demais obrigações contratuais (aceite), em até 5 (cinco) dias úteis após efetuada a entrega do documento fiscal.
- 15.2.** Provisoriamente: após o transcurso do prazo total da entrega e instalação do bem, para efeito de posterior verificação da conformidade integral do objeto com as especificações técnicas presentes no contrato;
- 15.3.** Definitivamente: após a devida comprovação da conformidade do objeto com as especificações deste Termo, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório.
- 15.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

16 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 16.1.** Comunicar à CONTRATADA da emissão da Nota de Empenho, com as cópias dos documentos, ao mesmo tempo que deve ser solicitado o e-mail por onde ocorrerá toda comunicação da contratação, bem como o preposto do contrato;
- 16.2.** Fiscalizar a entrega e instalação do objeto;
- 16.3.** Emitir os Recebimentos Provisório e Definitivo do objeto, no SEI e no SIGEO-JT;
- 16.4.** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações, nos termos contratados;

- 16.5.** Notificar a Contratada, por e-mail, da ocorrência de eventuais imperfeições no ato da entrega do objeto, controlando o prazo para a sua correção, conforme consta deste Termo;
- 16.6.** Pagar à Contratada o valor resultante da proposta adjudicada na Licitação, no prazo e condições estabelecidas neste TR e seus anexos;
- 16.7.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecido pela contratada.

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1** São obrigações da **CONTRATADA**, afora outras que lhe couberem por lei:
- 17.2** Entregar o objeto contratado no endereço da Sede deste TRT da 17ª Região e providenciar a instalação dele, caso seja fornecedor de fora do Estado do Espírito Santo; se for empresa instalada na Grande Vitória o objeto deverá ser entregue já instalado no veículo;
- 17.3** Cumprir os prazos previstos neste Termo de Referência;
- 17.4** Não transferir a terceiros o objeto da contratação, salvo a instalação, caso seja empresa de fora do Estado do Espírito Santo;
- 17.5** Manter atualizada a documentação apresentada para habilitação, devendo informar à CONTRATANTE, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos, justificando a ocorrência;
- 17.6** Assumir inteira responsabilidade pela entrega e instalação do objeto, correndo por sua conta os salários e demais despesas, bem como todos os encargos fiscais e comerciais resultantes do contrato, não cabendo ao TRT ônus algum, além dos expressamente estabelecidos neste Termo de Referência;
- 17.7** Responder por quaisquer prejuízos, mediante a devida comprovação a ser apurada por representantes das partes, e indenizar, ao TRT ou a terceiros, todo e qualquer dano pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente da execução do contrato. A indenização devida será procedida pela Contratada em favor do TRT ou partes prejudicadas, independentemente de qualquer ação judicial;

17.8 Designar 1 (um) preposto para receber as comunicações por parte do TRT, fornecendo os números de telefone móvel e fixo, além do endereço de e-mail do indicado;

17.9 O preposto deverá comunicar, imediatamente ao fiscal do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis, bem como qualquer ocorrência que impeça ou prejudique o bom andamento da entrega;

17.10 A contratada e/ou seu preposto deverá manter atualizada a conta de e-mail, para o recebimento de avisos, notificações, documentos e/ou outras comunicações do Contratante, devendo ser diligente no seu monitoramento, visto que todas as intimações e notificações serão consideradas entregues e realizadas no dia útil seguinte ao do envio da respectiva mensagem.

17.11 A Contratada deverá realizar Cadastro no SIGEO e, conseqüentemente, vinculação ao TRT17 no link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0> , para recebimento dos valores da nota fiscal, conforme Ato Presi nº 03/2022 publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 21/07/2022.

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas em caso de descumprimento deste documento:

18.1.1 ADVERTÊNCIA:

18.1.1.1 Será aplicada sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais a Contratada tenha concorrido. Nesse caso será aplicada quando ocorrer:

18.1.1.2 O descumprimento, não reincidente, das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos claros à segurança, nem financeiros, para a CONTRATANTE;

18.1.1.3 A execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

18.1.2 MULTA

18.1.2.1 Multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) multa moratória de 0,3 % (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega e

instalação não justificado, ou com justificativa indeferida, a ser calculada sobre o valor total do item não fornecido, até o limite de 10% (dez por cento).

- 18.1.2.2** Esgotado o limite a que se refere a alínea anterior e a critério do TRT17, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 18.1.2.3** Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato;
- 18.1.2.4** Multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do contrato;
- 18.1.2.5** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada judicialmente.
- 18.1.2.6** A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.
- 18.1.3** A multa administrativa pode ser aplicada de forma isolada ou cumulativa com as demais penalidades.
- 18.1.4** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 18.1.5** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela contratante a contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 18.1.6** Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao adjudicatário ou cobrados judicialmente.
- 18.1.7** A CONTRATADA autoriza o TRT 17ª Região a descontar dos valores a ela devidos o montante das multas que lhe forem aplicadas.
- 18.1.8** Em caso de reincidência dentro de um período de 6 (seis) meses, os valores das multas estipuladas serão elevados para o dobro.
- 18.1.9** No caso de insuficiência ou inexistência de crédito em favor da CONTRATADA o recolhimento da multa aplicada deverá ser por ela efetivado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da notificação, mediante GRU, a ser emitida pelo TRT 17ª Região.

18.1.10 Decorrido o prazo previsto no item anterior sem que a CONTRATADA tenha depositado o valor da multa ou apresentado recurso no prazo legal, ou em caso de ser negado provimento ao recurso apresentado, o valor decorrente da aplicação da sanção e os prejuízos por ela causados serão deduzidos dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRT 17ª Região, ou cobrado judicialmente.

18.1.3 IMPEDIMENTO DE LICITAR

18.1.3.1 Ficará impedido de licitar e de contratar com a União, conforme dosimetria abaixo, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de execução do contrato:

18.1.3.2 der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; (1 ano)

18.1.3.3 der causa à inexecução total da contratação; (2 anos)

18.1.3.4 deixar de entregar a documentação exigida para condições de habilitação; (1 ano)

18.1.3.5 não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; (2 anos)

18.1.3.6 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; (1 ano)

18.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:

18.1.4.1 A declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o TRT 17ª Região, poderá ser aplicada quando a CONTRATADA/LICITANTE:

18.1.4.1.1 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; (3 anos)

18.1.4.1.2 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; (6 anos)

18.1.4.1.3 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; (3 anos)

18.1.4.1.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; (4 anos)

18.1.4.1.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. (6 anos)

18.1.5 DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1.5.1 A CONTRATADA autoriza o TRT 17ª Região a descontar dos valores a ela devidos o montante das multas que lhe forem aplicadas.

18.1.5.2 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, devendo a CONTRATADA ser formalmente notificada, pelo TRT 17ª Região, das sanções a ela aplicáveis, inclusive para defesa prévia.

18.1.5.3 A aplicação das penalidades não exime a Contratada de corrigir as irregularidades que lhes deram causa.

18.1.5.4 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para a contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19 DAS NOTIFICAÇÕES, DOS RECURSOS E CASOS OMISSOS

19.1 Todas as notificações ocorrerão via CORREIO ELETRÔNICO (e-mail), devendo a CONTRATADA informá-lo, para recebimento das notificações.

19.2 Caberá à empresa CONTRATADA monitorar a conta de correio eletrônico fornecida, não cabendo nenhuma alegação, por parte da contratada, de que não teve conhecimento das notificações realizadas por este TRT.

19.3 As contagens de prazos terão início no primeiro dia útil seguinte ao envio do e-mail referente à notificação.

19.4 A contratada deverá manter atualizado o e-mail enviado. Qualquer alteração do correio eletrônico fornecido deverá ser comunicada ao TRT. Caso contrário será considerada válida qualquer notificação enviada à contratada pelo e-mail informado inicialmente.

- 19.5** A aplicação de qualquer penalidade obedecerá sempre aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação e publicidade, dentre outros, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa.
- 19.6** Os prazos e formalidades para a defesa prévia, recurso, representação ou pedido de reconsideração, obedecerão àqueles indicados na Lei n.º 14.133/2021, em especial os § 7.º, 8º e 9.º do art. n.º 156 e artigo n.º 165.
- 19.7** O recurso interposto deverá ser encaminhado, via e-mail, ao fiscal do contrato que fará constar no processo originário da contratação, dará seu parecer e encaminhará aos superiores para posterior decisão.
- 19.8** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, Subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

20 DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 20.1** A CONTRATADA se compromete a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
- 20.1.1** o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD);
- 20.1.2** o tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por determinação da ANPD.
- 20.2** A CONTRATADA cooperará com o TRT-ES no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e, também, no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo.

20.3 O TRT-ES e a CONTRATADA se comprometem, ainda, à eliminação dos dados pessoais coletados em razão deste pacto com o encerramento do ajuste ou, se for o caso, após o transcurso do prazo legal de guarda da informação.

20.4 A CONTRATADA deve garantir, além da disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações hospedadas na nuvem.

21 DO FORO

21.1 Para dirimir todas as questões oriundas da contratação, é competente o Juízo Federal da cidade de Vitória - Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22 RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO

22.1 O presente termo de referência foi elaborado pelo servidor Isabelle Casagrande Lobo (COSINF).